

**Concurso Público para Provedimento de Cargos de
Técnico Ministerial – Área Administrativa**

Nome do Candidato

Caderno de Prova '10', Tipo 002

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-002

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação****INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O pensamento crítico é essencial para a resolução de problemas.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, régua ou borracha.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não serão permitidas nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Considere a crônica “**Beijinho, beijinho**”, de Luis Fernando Verissimo, para responder às questões de números 1 a 5.

Na festa dos 34 anos da Clarinha, o seu marido, Amaro, fez um discurso muito aplaudido. Declarou que não trocava a sua Clarinha por duas de 17, sabiam por quê? Porque a Clarinha era duas de 17. Tinha a vivacidade e o frescor de duas adolescentes.

No carro, depois da festa, o Marinho comentou:

– Bonito o discurso do Amaro.

– Não dou dois meses para eles se separarem – disse a Nair.

– O quê?

– Marido quando começa a elogiar muito a mulher...

Nair deixou no ar todas as implicações da duplicidade masculina.

– Mas eles parecem cada vez mais apaixonados – protestou Marinho.

– Exatamente. Apaixonados demais. Lembra o que eu disse quando a Janice e o Pedrão começaram a andar de mãos dadas?

– É mesmo...

– Vinte anos de casados e de repente começam a andar de mãos dadas? Como namorados? Ali tinha coisa.

(VERISSIMO, Luis Fernando. **Verissimo antológico**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2020)

1. A voz do personagem mescla-se intimamente à voz do narrador, configurando o chamado discurso indireto livre, no seguinte trecho:

(A) – *Vinte anos de casados e de repente começam a andar de mãos dadas?* (11^a parágrafo)

(B) – *Mas eles parecem cada vez mais apaixonados – protestou Marinho.* (8^o parágrafo)

(C) *Na festa dos 34 anos da Clarinha, o seu marido, Amaro, fez um discurso muito aplaudido.* (1^a parágrafo)

(D) *Nair deixou no ar todas as implicações da duplicidade masculina.* (7^o parágrafo)

(E) *Declarou que não trocava a sua Clarinha por duas de 17, sabiam por quê?* (1^o parágrafo)

2. Está empregado em sentido figurado a expressão sublinhada em:

(A) *Nair deixou no ar todas as implicações da duplicidade masculina.*

(B) *Vinte anos de casados e de repente começam a andar de mãos dadas?*

(C) *seu marido, Amaro, fez um discurso muito aplaudido.*

(D) *Marido quando começa a elogiar muito a mulher...*

(E) *quando a Janice e o Pedrão começaram a andar de mãos dadas?*

3. *Lembra o que eu disse quando a Janice e o Pedrão começaram a andar de mãos dadas?* (9^a parágrafo)

No contexto em que se insere, a oração sublinhada expressa ideia de

(A) causa.

(B) concessão.

(C) tempo.

(D) consequência.

(E) conclusão.

4. É invariável quanto a gênero e a número a palavra sublinhada no seguinte trecho:

(A) *Mas eles parecem cada vez mais apaixonados*

(B) *Nair deixou no ar todas as implicações*

(C) *Bonito o discurso do Amaro*

(D) *Não dou dois meses para eles se separarem*

(E) *No carro, depois da festa, o Marinho comentou*



5. O verbo em negrito deve sua flexão ao termo sublinhado em
- (A) – *Vinte anos de casados e de repente **começam** a andar de mãos dadas?*
 - (B) – *Mas eles parecem cada vez mais apaixonados – **protestou** Marinho.*
 - (C) *Na festa dos 34 anos da Clarinha, o seu marido, Amaro, **fez um discurso** muito aplaudido.*
 - (D) *Declarou que não **trocava** a sua Clarinha por duas de 17, sabiam por quê?*
 - (E) – *Marido **quando começa** a elogiar muito a mulher...*

Atenção: Considere o texto a seguir para responder às questões de números 6 a 10.

A revolução tecnológica do século XXI modificou toda a configuração da economia global, provocando uma verdadeira ruptura nas relações trabalhistas até então vigentes. Um dos setores da economia que melhor representa essa revolução e seu impacto nas relações de trabalho é o de serviços de transporte de passageiros e de entrega de bens de consumo.

Junto a essa radical transformação tecnológica, levando em conta a grande oferta de mão de obra disponível, escancarou-se uma controversa realidade social: a relação de trabalho estabelecida entre motoristas e entregadores e as empresas que operam por meio de plataformas digitais.

Desde o início das atividades das empresas de transporte e entrega por aplicativos no Brasil, os trabalhadores cadastrados em suas plataformas foram contratados como microempreendedores individuais (MEI) ou como autônomos.

Nesse contexto, o questionamento a ser feito é se esses motoristas e entregadores são ou não são, na realidade, empregados. Como empregados, se enquadrariam em uma das modalidades contratuais previstas na CLT. Já como não empregados, ou autônomos, a CLT não se aplicaria e, conseqüentemente, os direitos trabalhistas celetistas não seriam a eles devidos. O questionamento colocado é a razão da controvérsia atual que domina o campo trabalhista e que envolve diversos atores sociais e instituições públicas ligadas ao trabalho.

A relação de emprego, assim como a relação de trabalho autônomo, são espécies do gênero relação de trabalho. Para a caracterização da relação de emprego devem estar presentes, de forma cumulativa, os requisitos constantes dos arts. 2º e 3º da CLT, quais sejam: pessoalidade, não eventualidade, onerosidade e subordinação.

A subordinação é o elemento decisivo para a afirmação da existência, ou não, da relação de emprego, como também é o elemento principal de diferenciação entre a relação de emprego e as diversas modalidades de trabalho autônomo. Logo, pode-se dizer que a contraposição à subordinação é a autonomia. E é exatamente sobre o elemento subordinação que reside a controvérsia ora analisada.

Todas as empresas que ofertam serviços de transporte ou entrega por aplicativos afirmam inexistir entre elas e os trabalhadores cadastrados em suas plataformas qualquer tipo de subordinação. Pelo contrário, afirmam que há autonomia e independência desses trabalhadores na prestação dos serviços, já que esses profissionais têm total liberdade para se conectarem ou não ao aplicativo, podendo escolher o horário de trabalho, e para aceitarem ou recusarem o direcionamento (chamado/oferta) de serviços.

Na Justiça do Trabalho são inúmeras as ações individuais de motoristas e entregadores pleiteando o reconhecimento do vínculo empregatício com as empresas para as quais prestam e/ou prestaram serviços por meio de aplicativos. Ora é reconhecida a relação de emprego, configurando-se a existência de subordinação, ora tal relação não é reconhecida.

(Adaptado de: NEIVA, Rafael Brisque)

6. Consideradas as ideias expostas no texto, identifica-se uma oposição entre:
- (A) *relação de emprego e realidade social.*
 - (B) *subordinação e autonomia.*
 - (C) *revolução tecnológica e setor de serviços.*
 - (D) *instituições públicas e atores sociais.*
 - (E) *liberdade e trabalho.*

7. Identifica-se uma hipótese no trecho:
- (A) *Como empregados, se enquadrariam em uma das modalidades contratuais previstas na CLT.*
 - (B) *pleiteando o reconhecimento do vínculo empregatício.*
 - (C) *Na Justiça do Trabalho são inúmeras as ações individuais de motoristas e entregadores.*
 - (D) *que envolve diversos atores sociais e instituições públicas.*
 - (E) *há autonomia e independência desses trabalhadores na prestação dos serviços.*



8. No trecho *Ora é reconhecida a relação de emprego, configurando-se a existência de subordinação, ora tal relação não é reconhecida* (final do texto), a locução conjuntiva [ora...ora] expressa
- (A) causa.
 - (B) condição.
 - (C) finalidade.
 - (D) alternância.
 - (E) conclusão.

9. Identifica-se emprego da voz passiva no trecho:
- (A) *escancarou-se uma controversa realidade social.*
 - (B) *já que esses profissionais têm total liberdade.*
 - (C) *A revolução tecnológica do século XXI modificou toda a configuração da economia global.*
 - (D) *há autonomia e independência desses trabalhadores.*
 - (E) *provocando uma verdadeira ruptura nas relações trabalhistas.*

10. Considere o trecho:

Todas as empresas que ofertam serviços de transporte ou entrega por aplicativos afirmam inexistir entre elas e os trabalhadores cadastrados em suas plataformas qualquer tipo de subordinação.

Sem prejuízo para a correção e para as relações de sentido estabelecidas na frase, o termo sublinhado pode ser substituído por:

- (A) cuja inexistência
- (B) na inexistência
- (C) à inexistência
- (D) que inexistente
- (E) que inexistiam

Legislação Institucional

11. Ulisses, promotor de justiça, vai se casar na próxima quinta-feira. Penélope, procuradora de justiça, teve a notícia do falecimento de seu sogro ocorrido em uma segunda-feira. Considerando o que prevê a Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público),
- (A) os dois terão licença de até 5 dias.
 - (B) os dois poderão obter licença de até 8 dias.
 - (C) a licença de Ulisses será de 5 dias, enquanto Penélope não terá qualquer licença, haja vista que o sogro falecido não é seu ascendente.
 - (D) Ulisses poderá usufruir de até 8 dias de licença, enquanto Penélope, 5 dias.
 - (E) Ulisses poderá usufruir de até 5 dias de licença, enquanto Penélope não terá qualquer licença, sendo, todavia, autorizada a acompanhar o funeral de seu sogro na data de seu sepultamento.
12. De acordo com o que estabelece a Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), a Corregedoria-Geral do Ministério Público é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público, incumbindo-lhe, dentre outras atribuições,
- (A) aprovar o quadro geral de antiguidade do Ministério Público e decidir sobre reclamações formuladas a esse respeito e, ainda, autorizar o afastamento de membro do Ministério Público para frequentar curso ou seminário de aperfeiçoamento e estudo, no País ou no exterior.
 - (B) instaurar, de ofício ou por provocação dos demais órgãos da Administração Superior do Ministério Público, processo disciplinar contra membro da instituição.
 - (C) submeter ao Colégio de Procuradores de Justiça as propostas de criação e extinção de cargos e serviços auxiliares e de orçamento anual.
 - (D) editar atos de aposentadoria, exoneração e outros que importem em vacância de cargos da carreira ou dos serviços auxiliares e atos de disponibilidade de membros do Ministério Público e de seus servidores.
 - (E) aprovar os pedidos de remoção por permuta entre membros do Ministério Público e, ainda, decidir sobre vitaliciamento de membros do Ministério Público.



13. De acordo com o que estabelece a Lei Complementar nº 12/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Piauí), são requisitos para o ingresso na carreira do Ministério Público do Estado do Piauí:
- I. ser brasileiro nato.
 - II. ter concluído o curso de bacharelado em Direito, em escola oficial ou reconhecida.
 - III. ser maior de 25 anos.
 - IV. estar em gozo dos direitos políticos.
 - V. não responder a inquérito policial ou ação penal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) II, III e V.
- (C) I, II e III.
- (D) I, IV e V.
- (E) II e IV.

Noções de Informática

14. Em um ambiente de Justiça Pública, os usuários utilizam o Microsoft Windows 11, em português, funcionando em condições ideais, para realizar suas atividades diárias. Dentre as funcionalidades e recursos básicos do sistema operacional, os usuários
- (A) entendem que é possível organizar e ancorar várias janelas abertas na tela utilizando o recurso *Layouts de Snap* (ou *Snap Layouts*), que permite distribuir facilmente as janelas em diferentes áreas da tela com apenas alguns cliques.
 - (B) pressionam as teclas Ctrl + Shift para alternar entre janelas abertas de aplicativos diferentes.
 - (C) não utilizam o aplicativo Paint porque este foi removido e substituído pelo Paint 3D.
 - (D) pressionam as teclas Alt + Esc para bloquear rapidamente a estação de trabalho e impedir acessos não autorizados.
 - (E) entendem que a Lixeira não permite mais a recuperação de arquivos excluídos, sendo esses permanentemente apagados ao serem enviados para ela.
-
15. Durante a elaboração de relatórios processuais no Microsoft Word (Office 365 – Guia Página Inicial), em português, funcionando em condições ideais, os funcionários precisam organizar capítulos e seções de forma automatizada para numerar automaticamente os títulos e subtítulos, atualizando a numeração conforme a inclusão ou remoção de seções no documento. Para realizar essa tarefa corretamente, deve-se utilizar
- (A) Tabela de Conteúdo Manual.
 - (B) Marcadores Numéricos.
 - (C) Quebra de Página.
 - (D) Estilos de Títulos com numeração automática.
 - (E) Numeração de Páginas no Rodapé.

-
16. Considere o Microsoft Excel 2019, em português, funcionando em condições ideais.

Um funcionário de um órgão de justiça pretende obter um número indicativo do dia da semana, dado um campo com uma data válida de 1 a 7 (sendo 1 para domingo, 2 para segunda-feira e assim por diante até 7 para sábado, que é o padrão), utilizando, corretamente, a função (não é necessário indicar os parâmetros da função, mas tão somente a função):

- (A) =DIA.SEMANA
- (B) =SEMANA
- (C) =DIA.DA.SEMANA
- (D) =DIA.SEMANAL
- (E) =SEMANA.DIA

**Matemática e Raciocínio Lógico**

17. Uma loja possui uma matriz e uma filial. A matriz tem 87 funcionários, sendo que 33 são fluentes em inglês. A filial tem 81 funcionários e, considerando todos os funcionários da matriz e da filial, a razão entre o número de funcionários fluentes em inglês e o número de funcionários que não são fluentes em inglês é igual a $\frac{3}{5}$.

O número de funcionários da filial que NÃO são fluentes em inglês é

- (A) 51
- (B) 22
- (C) 48
- (D) 40
- (E) 39

18. Um time de futebol formado por 5 rapazes recebeu uma encomenda de camisas, numeradas de 1 a 5, cada camisa com o nome de um dos rapazes. Esses jogadores sempre usam o mesmo número na camisa; no entanto, todas as camisas da encomenda vieram com o par número da camisa/nome do jogador errado. Por exemplo, Raul, que é o goleiro, sempre usa a camisa número 1, mas seu nome estava na camisa com o número 2. Para o jogo seguinte, eles usaram essas camisas, cada jogador pegando a camisa correspondente ao número que sempre usa, logo, com o próprio nome errado. Durante o jogo, os rapazes fizeram as seguintes afirmações para o juiz, que não conhecia jogador algum:

- Edu disse que o nome do Raul está na camisa que Guto veste.
- Alex disse que o nome de Edu está na camisa que Raul veste.
- Guto disse que o nome do goleiro está na camisa que Cido veste.
- Cido disse que o nome na camisa que ele está usando tem uma vogal em comum com seu próprio nome.

O juiz anotou, corretamente, que o nome na camisa número 3 era Cido e que o nome na camisa 5 não era Alex. Além disso, foi informado, também corretamente, que apenas um dos rapazes mentiu em sua afirmação. Os números das camisas que Alex, Cido e Edu vestem são, respectivamente,

- (A) 5, 2 e 3.
- (B) 2, 3 e 5.
- (C) 3, 4 e 2.
- (D) 3, 5 e 4.
- (E) 4, 2 e 5.

19. Considere a seguinte sequência, formada a partir de um padrão lógico:

330, 0, 335, 5, 340, 10, 345, 4, 350, 9, 355, 3, 360, 8, 365, 2, 370, 7, 375, 1, 380, 6, 385, 0, 390, 5, 395, 10, 400, 4, 405, 9, ...

A soma do centésimo termo com o ducentésimo termo dessa sequência é igual a

- (A) 15
- (B) 3
- (C) 12
- (D) 9
- (E) 6

20. O número de aulas que tem um professor é entendido como o número de aulas que ele leciona semanalmente. Um grupo é formado pelos professores Charles, Vitor, Pierre, Maxime, Henri e Jean. A soma dos números de aulas que esses professores têm é igual a 111. Cada uma dessas pessoas tem exatamente um irmão, que é um professor desse mesmo grupo. Os números de aulas de Charles, Vitor e Pierre são, respectivamente, 10, 11 e 15. Jean tem uma aula a mais do que seu irmão; Henri tem o triplo de aulas do que tem o irmão de Charles; Maxime tem 10 aulas a mais do que Jean. Nesse grupo, a soma dos números de aulas que têm os professores que NÃO são irmãos de Pierre é igual a

- (A) 85
- (B) 65
- (C) 70
- (D) 75
- (E) 80

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

21. De acordo com a Constituição Federal,
- (A) o mandado de segurança será concedido sempre que alguém sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, situação em que será também cabível o *habeas corpus*, não sendo gratuita nenhuma das ações referidas.
 - (B) o *habeas data* será concedido para a retificação de dados, quando não se preferir fazê-lo processo sigiloso, judicial ou administrativo, tratando-se de uma ação constitucional não gratuita.
 - (C) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer pessoa, desde que seja cidadão brasileiro, em defesa dos interesses de membros ou associados de determinada entidade de classe, para proteger direito líquido e certo, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública.
 - (D) o *habeas data* será concedido para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante ou de seus familiares, constantes de registros ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público, tratando-se de uma ação constitucional não gratuita.
 - (E) o mandado de injunção será concedido sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
-
22. Leonor, brasileira nata, tem 65 anos de idade e é professora aposentada. Seu filho, Altair, brasileiro nato, é estudante de arquitetura, tem 21 anos de idade e pretende se candidatar a Deputado Federal nas próximas eleições. A outra filha de Leonor, Marilene, também brasileira nata, tem 16 anos de idade e cursa o ensino médio. De acordo com a Constituição Federal, considerando que todos são eleitores, regularmente alistados, e que as próximas eleições se realizarão em 2026, com base apenas nas informações fornecidas, nessas situações, o voto é obrigatório para Altair e
- (A) Leonor, apenas, e proibido para Marilene, sendo que Altair poderá se candidatar ao cargo que pretende.
 - (B) facultativo para Leonor e Marilene, sendo que Altair poderá se candidatar ao cargo que pretende.
 - (C) Leonor, apenas, e facultativo para Marilene, sendo que Altair poderá se candidatar ao cargo que pretende.
 - (D) Leonor, apenas, e facultativo para Marilene, sendo que Altair não poderá se candidatar ao cargo que pretende, em razão de sua idade.
 - (E) facultativo para Leonor e Marilene, sendo que Altair não poderá se candidatar ao cargo que pretende, em razão de sua idade.
-
23. Giuseppe nasceu no Brasil enquanto seus pais aqui estavam a serviço da Suíça, país de origem deles. Como cresceu e estudou no Brasil, deseja neste país permanecer, ainda que seus pais retornem para Suíça, e tornar-se, um dia, oficial das Forças Armadas. De acordo com a Constituição Federal, considerando apenas as informações fornecidas, Giuseppe
- (A) não é brasileiro nato e apenas poderá exercer o cargo desejado se vier a naturalizar-se brasileiro.
 - (B) é brasileiro nato, mas não poderá exercer o cargo desejado, por ser filho de estrangeiros.
 - (C) é brasileiro nato, pois nasceu no Brasil e, por isso, poderá exercer o cargo desejado.
 - (D) não é brasileiro nato, mas poderá exercer o cargo desejado.
 - (E) não é brasileiro nato e, por isso, ainda que se naturalize brasileiro, não poderá exercer o cargo desejado.
-
24. Cândida é Vereadora eleita pelo partido político "X" e, supondo-se que, um ano após sua eleição como Vereadora, deseje dele se desligar para filiar-se ao partido político "Y", tendo, para isso, obtido a anuência expressa do partido "X". Nesse caso, de acordo com a Constituição Federal, considerando apenas as informações fornecidas, Cândida
- (A) não perderá o mandato e será computada a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário, mas não será computada para fins de distribuição de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.
 - (B) perderá o mandato, pois não é permitida, em nenhuma hipótese, o desligamento do partido pelo qual o candidato tenha sido eleito, sob pena de violação das normas constitucionais vigentes.
 - (C) não perderá o mandato e será computada a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário e também de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.
 - (D) perderá o mandato, pois a anuência do partido não configura justa causa para o desligamento do partido pelo qual foi eleita.
 - (E) não perderá o mandato, não computada a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário ou de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.



25. De acordo com a Constituição Federal, a proposta de emenda à Constituição Federal, por um terço dos membros da Câmara dos Deputados, que vise a abolir a forma federativa de Estado é
- (A) permitida, podendo a referida Casa Legislativa propor emendas à Constituição Federal, devendo essa proposta ser discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
 - (B) vedada, pois, embora referida Casa Legislativa possa propor emendas à Constituição Federal com o quórum aludido, não pode ser objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado.
 - (C) vedada, pois não pode ser objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado. Ademais, a referida Casa Legislativa não pode propor emendas à Constituição Federal com o aludido quórum.
 - (D) permitida, desde que não seja na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, podendo a referida Casa Legislativa propor emendas à Constituição Federal com o aludido quórum.
 - (E) permitida, ainda que seja na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, podendo a referida Casa Legislativa propor emendas à Constituição Federal com o aludido quórum.
-
26. De acordo com a Constituição Federal, o Conselho Nacional de Justiça
- (A) será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça, possuindo, dentre suas competências, a de zelar pela autonomia do Poder Judiciário.
 - (B) é composto de onze membros, dentre eles, dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, ambos indicados pela Câmara dos Deputados, com mandato de dois anos, admitida uma recondução.
 - (C) possui a atribuição de receber e conhecer as reclamações contra membros do Poder Judiciário, não lhe sendo permitida a aplicação de sanções administrativas.
 - (D) será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, sendo que os demais membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
 - (E) é composto de quinze membros com mandato de dois anos, dentre eles, um membro do Ministério Público da União, indicado pelo Procurador-Geral da República, não sendo admitida a recondução.
-
27. Eliseo é brasileiro, tem 73 anos de idade, possui notável saber jurídico e reputação ilibada e é membro do Ministério Público Estadual. Márcia é brasileira, tem 32 anos de idade, possui notável saber jurídico e reputação ilibada e é advogada. Com relação à composição do Superior Tribunal de Justiça (STJ), nessa situação, com base apenas nas informações fornecidas, de acordo com a Constituição Federal,
- (A) nenhum deles poderá compô-lo, pois não preenchem os requisitos para tanto.
 - (B) nenhum deles poderá compô-lo, pois, embora Eliseo e Márcia preencham os demais requisitos para tanto, o STJ é composto somente por membros do Poder Judiciário, oriundos da carreira da magistratura.
 - (C) Eliseo e Márcia poderão compô-lo.
 - (D) apenas Eliseo poderá compô-lo.
 - (E) apenas Márcia poderá compô-lo.
-
28. De acordo com a Constituição Federal, o Ministério Público
- (A) é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, possuindo, como princípios institucionais, a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
 - (B) é instituição permanente, sendo que o ingresso na sua carreira far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, sendo opcional a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se o bacharelado em direito, mas não sendo necessária a comprovação de atividade jurídica.
 - (C) abrange: o Ministério Público da União, que compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Militar; e o Ministério Público dos Estados, que compreende o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
 - (D) da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, cuja destituição, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser sempre precedida de autorização do Supremo Tribunal Federal.
 - (E) do Distrito Federal e Territórios formará lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, sendo assegurado aos seus membros a garantia da vitaliciedade, somente após três anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.



29. Esmeraldo é trabalhador urbano em determinada empresa privada, onde realiza atividade considerada insalubre, na forma da lei, e foi informado por uma colega que referida empresa pretende dispensá-lo sem justa causa. Nessa situação, com base apenas nas informações fornecidas, de acordo com a Constituição Federal, Esmeraldo
- (A) tem, dentre outros, os seguintes direitos: adicional de remuneração por atividade insalubre; ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de dez anos até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.
 - (B) tem, dentre outros, os seguintes direitos: adicional de remuneração por atividade insalubre; ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos até o limite de três anos após a extinção do contrato de trabalho.
 - (C) tem, dentre outros, os seguintes direitos: adicional de remuneração por atividade insalubre; ação, quanto aos créditos resultantes da relação de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
 - (D) não tem direito a adicional de remuneração, pois este somente é devido no caso de atividades perigosas, mas tem, dentre outros, direito de ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
 - (E) não tem direito a adicional de remuneração, pois este somente é devido nos casos de atividades perigosas ou penosas, mas tem, dentre outros, direito de ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de dez anos até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

30. Com relação ao Presidente e ao Vice-Presidente da República, considere:

- I. O Presidente e o Vice-Presidente da República tomarão posse em sessão do Senado Federal e, se decorridas 48 horas da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.
- II. O Vice-Presidente da República, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar, auxiliará o Presidente da República, sempre que por ele convocado para missões especiais.
- III. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.

De acordo com a Constituição Federal, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.

31. De acordo com a Constituição Federal, compete privativamente à União, dentre outras atribuições,

- (A) legislar sobre a proteção à infância, bem como sobre metalurgia e recursos minerais, exceto jazidas.
- (B) legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.
- (C) legislar sobre direito civil, penal, processual, eleitoral, do trabalho, tributário, financeiro e penitenciário.
- (D) legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza e proteção do meio ambiente.
- (E) impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.

32. De acordo com a Constituição Federal, a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo é a

- (A) Advocacia-Geral da União, sendo que a representação judicial das unidades federadas será exercida pelos Procuradores dos Estados, cujo ingresso na carreira dependerá de concurso público de provas e títulos, que ocorrerá sem a participação da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (B) Defensoria Pública, que tem como princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- (C) Advocacia, pois o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.
- (D) Advocacia-Geral da União, que tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- (E) Defensoria Pública, que é essencial à função jurisdicional do Estado, cabendo a ela também a promoção dos direitos humanos.



33. De acordo com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito,
- (A) tendo como objetivos fundamentais, dentre outros: construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza e a marginalização; e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
 - (B) regendo-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: prevalência dos direitos humanos; garantia do desenvolvimento nacional; não concessão de asilo político.
 - (C) devendo buscar exclusivamente a integração social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
 - (D) sendo Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Ministério Público da União.
 - (E) sendo que todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, não sendo possível o exercício do poder diretamente pelo povo.
-
34. Josemaria é servidor público, exercendo cargo científico. Como a remuneração que recebe não é suficiente para cobrir todos os seus gastos, pretende exercer cargo remunerado de professor em uma conhecida universidade pública. De acordo com a Constituição Federal, com base apenas nas informações fornecidas, nessa situação, Josemaria
- (A) poderá acumular o cargo público que exerce com até três cargos públicos de professor, desde que haja compatibilidade de horários.
 - (B) poderá acumular o cargo público que exerce com o cargo público de professor que pretende, desde que haja compatibilidade de horários.
 - (C) não poderá acumular o cargo público que exerce com nenhum outro cargo público, ainda que de professor, por expressa vedação constitucional.
 - (D) não poderá acumular o cargo público que exerce com o de professor como pretende, mas poderá acumulá-lo com outros dois cargos públicos científicos.
 - (E) poderá acumular o cargo público que exerce com quantos cargos públicos de professor quiser, não havendo qualquer vedação ou limitação constitucional nesse sentido.

Noções de Direito Administrativo

35. Passados noventa dias do final do exercício, o prefeito do Município X não encaminhou ao Tribunal de Contas e à Câmara Municipal, o balanço geral do Município. Neste caso, conforme estatui a Constituição do Estado do Piauí, haverá
- (A) abertura de tomada de contas pela Câmara Municipal, que poderá solicitar ao Tribunal de Contas do Estado a designação de auditoria para assisti-la no processo.
 - (B) rejeição automática das contas do Prefeito, devendo a Câmara de Vereadores abrir processo de impedimento dessa autoridade.
 - (C) abertura de tomada de contas pelo Tribunal de Contas do Estado, cujo julgamento será apreciado, em grau de recurso, pela Câmara Municipal.
 - (D) abertura de processo de crime de responsabilidade do Prefeito, a ser julgado pela Assembleia Legislativa.
 - (E) instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa, devendo ser convocado o Prefeito para prestar esclarecimentos.
-
36. O prefeito do Município Y nomeia sobrinho, servidor municipal titular de cargo efetivo, para exercício da função gratificada de Controlador-Geral da Administração Municipal. À luz da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), trata-se de conduta
- (A) atípica, visto que a nomeação para função gratificada, por recair em servidor titular de cargo efetivo, não caracteriza nepotismo.
 - (B) atípica, visto que a lei não qualifica o nepotismo como improbidade.
 - (C) tipificada como ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
 - (D) tipificada como ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
 - (E) atípica, pois a lei qualifica o nepotismo como improbidade, mas o grau de parentesco em questão não se adequa à descrição legal.
-
37. No tocante à concorrência, a Lei nº 14.133/2021 estabelece que tal modalidade
- (A) será adotada sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
 - (B) adotará como critério obrigatório o menor preço ou o maior desconto, para o julgamento das propostas.
 - (C) será adotada para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor.
 - (D) é obrigatória para licitações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto.
 - (E) poderá ser utilizada para registro de preços relativos à prestação de serviços, a obras e à aquisição e locação de bens para contratações futuras.



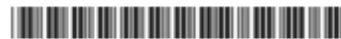
38. A propósito do princípio da publicidade no procedimento licitatório, a Lei nº 14.133/2021 preceitua que
- (A) a publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), dispensada a publicação em diário oficial.
 - (B) as propostas permanecerão sigilosas até a homologação da licitação.
 - (C) o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, ressalvado o acesso pelos órgão de controle.
 - (D) o modo de disputa aberto pressupõe o sigilo das propostas até a abertura da licitação.
 - (E) devassar o sigilo de proposta apresentada em processo licitatório ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo é conduta ímproba, mas não tipificada criminalmente
-
39. A Secretaria da Educação do Estado W realizou licitação para aquisição de 1 milhão de cadernos escolares, para fornecimento aos alunos ao longo do ano letivo, considerando que cada aluno fará jus a quatro cadernos. Contudo, após a assinatura do contrato com a vencedora da licitação, verificou-se que o número inicialmente estimado de matrículas foi acrescido em 50 mil novos alunos, em razão de fenômeno migratório imprevisto. Diante de tal quadro e desejando manter a proporção de cadernos por aluno inicialmente planejada, a Secretaria
- (A) deverá anular a contratação, em razão de vício na motivação do ato que deflagrou o procedimento, o que justificará a contratação direta de qualquer empresa que apresente proposta de mesmo valor para o fornecimento desejado.
 - (B) deverá revogar a licitação e realizar um novo procedimento licitatório, tendo em vista que o novo montante de cadernos representa ganho de escala que justifica a realização de nova competição.
 - (C) poderá convocar o segundo lugar na licitação para suprir a demanda adicional, nas mesmas condições da proposta vencedora.
 - (D) poderá realizar contratação direta do montante adicional, observada as condições da proposta vencedora e sorteado o contratado dentre os participantes da licitação.
 - (E) poderá promover de forma justificada o aditamento do contrato, com o aumento na quantidade inicialmente contratada, sendo o contratado obrigado a prestar a nova quantidade nas mesmas condições inicialmente propostas.
-
40. A propósito do reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos, a Lei nº 14.133/2021
- (A) prevê o reequilíbrio econômico-financeiro inicial quando houver alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, afastando tal necessidade quando houver redução desses encargos.
 - (B) prevê a repactuação como mecanismo de reequilíbrio dos preços dos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra.
 - (C) veda o reequilíbrio econômico-financeiro, quando adotada a contratação integrada ou semi-integrada.
 - (D) impede o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro quando o contrato já estiver extinto.
 - (E) prevê que o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe será formalizado por simples apostila.
-
41. A Lei nº 14.133/2021 introduziu no Código Penal diversos artigos, descrevendo determinadas condutas em licitações em contratos administrativos como crimes. Considere as seguintes condutas:
- I. Devassar o sigilo de proposta apresentada em processo licitatório ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-la.
 - II. Admitir à licitação empresa ou profissional impedidos de licitar ou contratar com a Administração.
 - III. Afastar ou tentar afastar licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.
- Corresponde à descrição legal o que consta em:
- (A) II e III apenas.
 - (B) I, apenas.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) I, II e III.
-
42. A competência para o processo administrativo previsto pela Lei nº 9.784/1999:
- (A) se inespecífica, deve ser atribuída ao órgão máximo superior ao agente processado.
 - (B) se delegada ou em caso de revogação da delegação, deve ser publicada em meio oficial.
 - (C) é passível de avocação por superior hierárquico, dispensada a motivação do ato, que tem natureza discricionária.
 - (D) é renunciável em qualquer hipótese, mas sob a exigência de que haja agente de mesma hierarquia para exercê-la.
 - (E) se delegada a terceiro, é irrevogável dentro da esfera de abrangência da delegação.
-
43. Conforme dispõe a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, quando a lei for omissa, o juiz
- (A) deverá se utilizar exclusivamente dos instrumentos de solução consensual de conflitos.
 - (B) decidirá de acordo com interpretação teleológica da norma análoga.
 - (C) não reconhecerá direito, já que inexistente no âmbito jurídico.
 - (D) não assegurará a tutela pleiteada na parte em que não houver dispositivo legal que a sustente.
 - (E) decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito.



44. Os princípios administrativos possuem dupla funcionalidade. A primeira delas é a de utilizar o princípio como ferramenta de esclarecimento sobre o conteúdo do dispositivo analisado. A segunda, atender à finalidade de suprir lacunas, preenchendo vazios normativos. Essas duas funcionalidades denominamos, respectivamente, como função
- (A) hermenêutica e função integrativa.
 - (B) analítica e função integrativa.
 - (C) otimizadora e função hermenêutica.
 - (D) mandamental e função otimizadora.
 - (E) integrativa e função valorativa.
-
45. Segundo dispõe expressamente a Lei nº 13.869/2019, que se refere aos crimes de abuso de autoridade, é efeito da condenação, desde que declarado motivadamente na sentença e condicionado à reincidência do agente, a
- (A) perda do cargo ocupado e a inabilitação futura para ocupação de novo cargo pelo prazo de até 8 anos.
 - (B) constituição de forte indício para ajuizamento de ação de indenização do dano causado pelo crime.
 - (C) suspensão do cargo, do mandato ou da função pública pelo prazo de até 1 ano.
 - (D) inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 a 5 anos.
 - (E) obrigação de prestar serviços de forma cumulada à pena principal.
-
46. Em se tratando de atos administrativos, a presunção que aponta para o pressuposto de que, até prova em contrário, todos os atos da Administração são considerados válidos perante o direito, se refere à presunção de
- (A) constância, que tem natureza jurisprudencial.
 - (B) legalidade, que tem natureza *juris et de jure*.
 - (C) validade, que tem natureza *juris tantum*.
 - (D) veracidade, que tem natureza *de lege ferenda*.
 - (E) certeza, que tem natureza de *lege lata*.
-
47. O poder de convocar particulares para a execução compulsória de atividades públicas, conhecido como requisição de serviço, está alicerçado no princípio da
- (A) participação coletiva necessária.
 - (B) supremacia do interesse público.
 - (C) superioridade coletiva.
 - (D) indisponibilidade do interesse público.
 - (E) eficiência.
-
48. O efeito ativo reflexo do ato administrativo consiste no efeito que
- (A) que age por tempo determinado desde a edição do ato.
 - (B) é preliminar ou inicial e distinto da eficácia principal do ato.
 - (C) atinge terceiros estranhos à relação jurídica principal.
 - (D) que atinge o próprio ato.
 - (E) que impede a reanálise do ato que possa prejudicar o administrado.

Noções de Administração Pública

49. O *Balanced Scorecard*, conhecido como BSC, representa uma ferramenta muito utilizada pelas organizações públicas e privadas para construção de planejamento e gestão estratégica, a qual considera, além da perspectiva financeira, o seguinte conjunto de perspectivas:
- (A) ambientais, sociais e de governança corporativa, conhecidas pela sigla ESG.
 - (B) forças e fraquezas, que também representam a cultura identificada na organização.
 - (C) conjunturais e estruturais, as quais também são os vetores do mapa estratégico.
 - (D) ameaças e oportunidades, combinadas para gerar a perspectiva do cenário interno.
 - (E) dos clientes, do crescimento/aprendizado e dos processos internos.
-
50. Suponha que determinada organização pretenda proceder à avaliação de desempenho de seus colaboradores e esteja cogitando adotar como metodologia a "Pesquisa de Campo". Caso prossiga com tal método de avaliação,
- (A) ao final será obtido um *ranking* dos avaliados, nas faixas "satisfatório", "demanda aperfeiçoamento" e "inadequado", sendo tais resultados um insumo para decisões de evolução funcional e para desligamentos.
 - (B) não poderá prescindir da realização de *benchmarking*, ou seja, do levantamento das melhores práticas e das organizações de referência no setor em que a organização atua e dos resultados por estas alcançados.
 - (C) será necessária a realização de um levantamento dos comportamentos do avaliado no ambiente externo à organização, para fins de estabelecer parâmetros para a avaliação da performance institucional e social.
 - (D) deverão ser aplicadas entrevistas por um avaliador especializado, através das quais se avalia o desempenho dos colaboradores, levantando-se as causas, as origens e os motivos de tal desempenho e possibilitando planejar os aprimoramentos necessários.
 - (E) deverá trabalhar apenas com uma base amostral, não sendo tal método aplicado à totalidade dos colaboradores, estes que devem ser estratificados por área de atuação e por competências requeridas.



51. No que concerne à gestão de conflitos nas organizações tem-se que a forma de enxergar e tratar os conflitos apresentou mudanças significativas ao longo dos anos. Nesse contexto, a abordagem interacionista
- (A) negava ou ignorava a existência de conflito nas organizações e foi superada pela abordagem das relações humanas, que busca entender as razões dos conflitos.
 - (B) entende que o conflito, em qualquer nível, é inimigo da racionalidade e da eficiência do grupo, devendo ser suprimido.
 - (C) considera que os líderes devem manter um nível mínimo de conflito, o suficiente para que o grupo não fique estático.
 - (D) sustenta que, embora o conflito seja inevitável e precise ser tratado, jamais deve ser incentivado ou mantido.
 - (E) procura atuar na causa geradora dos conflitos, procurando reduzir os fatores que o fomentam, como a competição entre os integrantes do grupo.
-
52. O modelo de administração gerencial implementado em meados dos anos 1990 a partir da Reforma do Aparelho do Estado, capitaneada pelo Ministro Bresser Pereira, trouxe como uma de suas balizas
- (A) a transferência de atividades não exclusivas de Estado a entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, mediante celebração de contratos de gestão.
 - (B) a delimitação do denominado núcleo estratégico do Estado, correspondente às atividades passíveis de delegação ou concessão ao setor privado.
 - (C) a ampliação da intervenção direta do Estado no domínio econômico, com o significativo aumento de empresas estatais.
 - (D) mudança de paradigma em relação aos controles da atuação administrativa, que passaram a ser mais rígidos e preventivos.
 - (E) a flexibilização das regras de ingresso no serviço público, abolindo-se a exigência de concurso para contratação de empregados das sociedades de economia mista.
-
53. Considere que determinada organização pretenda modificar seu sistema de gestão para um modelo de gestão por projetos, adotando metodologia consagrada para apoiar tal opção. Nesse sentido, uma das opções seria utilizar como método
- (A) o *Program Evaluation and Review Technique – PERT*, que consiste em um método probabilístico para estimar a duração dos projetos a partir da média ponderada de cenários: otimista, pessimista e mais provável.
 - (B) a Curva ABC, que busca identificar as três principais variáveis ou fatores críticos nas etapas de concepção, desenvolvimento e execução de um projeto, monitorando de forma intensiva tais fatores.
 - (C) o *Critical Path Method – CPM* (Método do Caminho Crítico), que descarta projetos de execução arriscada ou que envolvam atividades que, caso apresentem atraso, comprometem o prazo de execução do projeto.
 - (D) o Diagrama de Ishikawa, ou espinha de peixe, que aponta todas as ramificações de um projeto em termos de etapas e de áreas responsáveis pela respectiva execução na organização.
 - (E) o Diagrama de Pareto, que mapeia as atividades de maior risco na execução do projeto, em termos de criticidade e de probabilidade, e propõe medidas de mitigação.
-
54. Uma organização que apresente estrutura divisional internaliza, como característica própria de tal modelo organizacional,
- (A) o foco na clientela, com a supressão de qualquer tipo de departamentalização e apenas com divisão de carteira de clientes.
 - (B) a adoção do critério de departamentalização geográfica, em substituição à departamentalização por produto, aplicável apenas ao modelo matricial.
 - (C) a presença de órgãos de duração provisória, condicionada à duração do projeto que executam.
 - (D) a existência de unidades ou divisões que operam com relativa autonomia, sendo cada qual um centro de resultados, que apura seu lucro ou prejuízo.
 - (E) a ausência de autonomia dos órgãos ou divisões, os quais devem sempre se reportar à unidade central, responsável pela estratégia e pela apuração de resultados.
-
55. No âmbito do processo organizacional, a atividade de coordenação busca sincronizar a atuação dos colaboradores e as atividades das unidades da entidade, e pode apresentar-se sob diversas formas. O tipo de coordenação que se dá como contribuição voluntária entre membros de uma equipe, sem vínculo de subordinação, denomina-se
- (A) curva ABC.
 - (B) ajuste espontâneo.
 - (C) grade gerencial.
 - (D) função de *staff*.
 - (E) autoridade de linha.



56. A Gestão da Qualidade, entendida como um modelo de administrar focado no conceito de qualidade total, engloba um conjunto de princípios, que foram consolidados pelo seu principal expoente, W. Edwards Deming, o qual predicava, entre outras premissas, que a organização deveria
- (A) estabelecer a competição constante entre os colaboradores e os fornecedores, o que reduz a necessidade de treinamento e capacitação.
 - (B) adotar um único fornecedor para cada item, estabelecendo um relacionamento de longo prazo baseado na confiança.
 - (C) desenvolver slogans e exortação constantes ao nível zero de erros ou de ausência total de falhas no processo produtivo.
 - (D) aprovar orçamentos com base na redução dos custos unitários e não apenas focar na redução dos custos globais.
 - (E) implementar as inspeções em massa, ao invés de desperdiçar energia no controle de todos os estágios da produção.
-
57. Um dos conceitos apresentados por Henri Fayol, estudioso das estruturas e das relações nas organizações é o de cadeia escalar, o qual corresponde
- (A) à matriz de divisão de responsabilidades que envolve todas as unidades de comando da organização, de forma autônoma e descentralizada.
 - (B) à relação direta entre o gestor e seus subordinados, que independe dos níveis hierárquicos estabelecidos na organização.
 - (C) ao plano de cargos e salários vigente na organização e que baliza as promoções e outras formas de ascensão dos colaboradores.
 - (D) à linha de comando formal em uma organização, partindo do mais alto executivo até os níveis mais baixos, sem descontinuidade.
 - (E) ao fluxograma de atividades estabelecido para a produção de bens ou serviços na organização.
-
58. A sociedade cada vez mais vem cobrando uma atuação da Administração Pública que seja eficiente, eficaz e efetiva, além de transparente. A respeito de tais conceitos, a relação entre os resultados obtidos e o menor dispêndio de recursos utilizados para alcançá-los corresponde à
- (A) governança.
 - (B) eficácia.
 - (C) efetividade.
 - (D) eficiência.
 - (E) governabilidade.
-
59. O Decreto nº 9.094/2017 trouxe diversas inovações tendentes a simplificar a prestação de serviços públicos aos cidadãos, buscando facilitar e ampliar o acesso de todos. Nesse sentido, referido diploma
- (A) estabelece que os usuários dos serviços públicos que tenham sugestões de simplificação na prestação de serviços prestados por órgãos ou entidades do Poder Executivo federal, deverão recorrer a procedimento de mediação judicial ou extrajudicial.
 - (B) introduziu a faculdade de instituição da Carta de Serviços ao Usuário, pelos órgãos do Poder Executivo Federal que prestam serviços públicos ao cidadão, a qual poderá restringir as regras gerais previstas no citado decreto.
 - (C) dispensa o reconhecimento de firma ou assinatura do usuário de serviços públicos para o preenchimento de declarações e formulários, salvo em se tratando de formulário que solicite a expedição de certidões.
 - (D) estabelece o cadastro de pessoas físicas – CPF como documento preferencial para identificação e solicitação de serviços públicos, porém não poderá ser substituído da apresentação de outros dados como Número de Identificação do Trabalhador – NIT.
 - (E) prevê que a autenticação de documento poderá ser feita pelo próprio servidor público a quem o documento deva ser apresentado, mediante o cotejo da cópia com o documento original apresentado pelo usuário do serviço público.
-
60. Determinada organização que esteja considerando adotar a Matriz GUT ou a Matriz SWOT, como ferramentas de gestão e planejamento estratégico, deverá considerar que
- (A) a aplicação da Matriz GUT deverá sempre preceder a da Matriz SWOT, eis que é voltada ao diagnóstico, enquanto a Matriz SWOT é aplicável à mensuração de resultados.
 - (B) a Matriz SWOT é mais apropriada para análise de cenários, enquanto a Matriz GUT presta-se à ponderação de riscos, sendo complementares.
 - (C) a Matriz SWOT é uma metodologia de análise de risco muito utilizada no planejamento de empresas, que aponta apenas as ameaças externas.
 - (D) enquanto a Matriz GUT é focada no ambiente externo, de ameaças e oportunidades, a Matriz SWOT aponta apenas as forças e fraquezas internas.
 - (E) a Matriz GUT é uma ferramenta de gestão que consiste em analisar problemas conforme três variáveis: gravidade, urgência e tendência.



PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, *Capítulo 10: item 10.3 Na Prova Discursiva-Redação o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. [...] 10.7 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.8 Na Prova Discursiva-Redação, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimos de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.*

Texto I

Niède Guidon trabalhou pela valorização e preservação dos sítios de arte rupestre na Serra da Capivara, sua atuação impulsionou a criação de parque no interior do Piauí e estimulou estudos no semiárido.

A arqueóloga participou da inauguração do Parque Nacional da Serra da Capivara e do estabelecimento da Fundação Museu do Homem Americano, a qual comandou até 2019, quando se tornou presidente emérita.

Guidon colocou os sítios do Piauí no mapa da arqueologia brasileira e das Américas. Ninguém discute a importância ímpar de seus trabalhos em prol da manutenção e da valorização da área do parque, de seus sítios arqueológicos e paleontológicos, da cultura da região e de seus habitantes. Ela também sempre divulgou a arqueologia para um público mais amplo, estimulando até o turismo na região.

(Adaptado de: PIVETTA, Marcos. Niède Guidon trabalhou pela valorização e preservação dos sítios de arte rupestre na Serra da Capivara. Pesquisa FAPESP, 11 jun. 2025. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br>)

Texto II

O Aeroporto de São Raimundo Nonato – Serra da Capivara foi criado com o objetivo estratégico de facilitar o acesso ao Parque Nacional Serra da Capivara, no Piauí, um dos mais relevantes sítios arqueológicos do mundo e Patrimônio Mundial pela Unesco. A região, rica em vestígios pré-históricos e pinturas rupestres, sempre sofreu com o isolamento, o que dificultava o turismo, a pesquisa científica e o desenvolvimento local.

(Adaptado de: CASTELO, Carlos. Niède, a cientista que deu asas à arqueologia. O Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.estadao.com.br>)

Com base nos excertos **I** e **II**, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

Patrimônio cultural como instrumento de poder simbólico de uma sociedade.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	



14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO